



PARECER PRÉVIO Nº 46/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10927/2015.

Aposos: Processo nº 11686/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Manicoré

4- Exercício: 2014

5- Responsável: Lúcio Flávio do Rosário (Prefeito Municipal)

6- Advogado: Não possui.

7- Unidade Técnica: DICREA, DICOP e DICAMI

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 5071/2018-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Manicoré. Exercício de 2014.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas do **Sr. Lúcio Flávio do Rosário** - Prefeito do Município de Manicoré, exercício 2014 - nos termos do art. 1º, I da Lei Estadual n. 2.423/96 c/c art. 5º, I da Resolução n. 04/2002-TCE/AM.

11- Ata: 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 6 de Novembro de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 46/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 46/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 46/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 10927/2015.

Apensos: Processo nº 11686/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Manicoré

4- Exercício: 2014

5- Responsável: Lúcio Flávio do Rosário (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: Não Possui

7- Unidade Técnica: DICREA, DICOP e DICAMI

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 5071/2018-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Manicoré. Exercício de 2014.

Determinação. Irregularidade. Multa.
Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, , nos termos do voto do Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Determinar à Câmara Municipal de Manicoré** o cumprimento do art. 127, §§ 5º, 6º e 7º, da Constituição do Estado do Amazonas, em especial o PRAZO DE 60 DIAS para o julgamento das contas da Prefeitura Municipal;
- 10.2. Julgar irregular a Prestação de Contas do Sr. Lúcio Flávio do Rosário** - Prefeito do Município de Manicoré, exercício 2014 - nos termos do art. 1º, II da Lei Estadual n. 2.423/96 c/c art. 5º, II da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;
- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Lúcio Flávio do Rosário** - Prefeito do Município de Manicoré, exercício 2014 - no valor de **R\$ 26.304,76** (vinte e seis mil, trezentos e quatro reais e setenta e seis centavos), com fulcro no art. 54, II da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI da Resolução n.º 04/02 – RI-TCE/AM, em razão das impropriedades apontadas no item 3 (subitens 3.1.3, 3.3.4, 3.4.1, 3.6.6) do Relatório Conclusivo da DICOP n.º 03/2016 (fls. 2.391/2.411), correspondentes aos item 2 (subitens 2.1 – i, 2.3 – i,



ACÓRDÃO Nº 46/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 46/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

2.4 – i, 2.5 – i) do Relatório/Voto; itens 01 (DICAMI), 05 (DICAMI), 02 (DICREA/DICAMI) e 04 (DICREA/DICAMI) do Relatório Conclusivo da DICAMI n.º 60/2016 (fls. 2.414/2.465), correspondentes aos subitens 3.1, 3.2, 3.4 e 3.5 do item 3 do Relatório/Voto;

O referido valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.4. Recomendar à Prefeitura Municipal de Manicoré que:

- a) desaparte de seu Balanço Financeiro os movimentos contábeis do SISPREV, e que normalize o funcionamento daquela unidade gestora, com apresentação dos documentos exigidos na Lei;
- b) Mantenha, durante o exercício financeiro, o cumprimento do limite prudencial de gastos com pessoal, sob pena de aplicação da multa disposta no art. 308, VI da Resolução n.º 04/02 – RI-TCE/AM ao gestor responsável;
- c) Providencie as instalações físicas do Serviço de Informação ao Cidadão, sob pena de reincidência na falha;
- d) Cumpra o art. 4º, III, da Resolução n.º 15/2013 – TCE/AM;

10.5. Determinar A Comissão de Inspeção do ano de 2019 que:

- a) Verifique o cumprimento do determinado na Lei Federal n.º 9.717/98; Decreto n.º 3.788/01 e nas Portaria MPS pertinentes à previdência social;
- b) Verifique a criação do Sistema de Informação ao Cidadão.
- c) Observe a necessária atualização dos registros cadastrais dos



ACÓRDÃO Nº 46/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 46/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

Agentes Políticos e dos Cargos em Comissão no Setor de Recursos Humanos da Câmara Municipal.

- 11- **Ata:** 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno .
- 12- **Data da Sessão:** 6 de Novembro de 2018
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.
- 14- **Representante do Ministério Público:** Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

JOAO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral